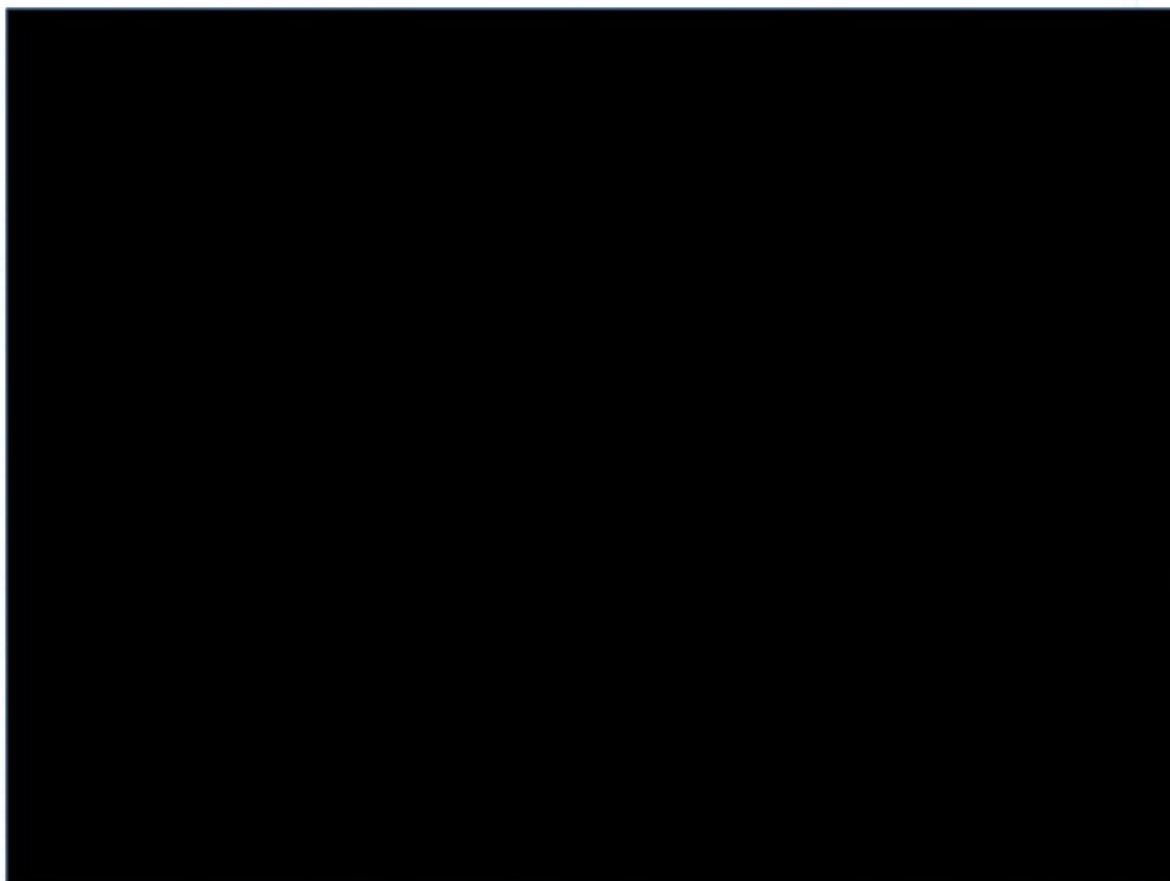




MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

## **ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**

**CPF:** [REDACTED]



**PERÍODO DA AÇÃO:** 23/08/2016 a 30/09/2016  
**LOCAL:** Rua Assunção, 1195, Centro, Fortaleza/CE.  
**CNAE principal:** 4299-5/99



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

	ÍNDICE	
A)	IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR FISCALIZADO	04
B)	DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	04
C)	RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	04
D)	DA ATIVIDADE ECONÔMICA	06
E)	DA AÇÃO FISCAL	07
F)	DAS IRREGULARIDADES TRABALHISTAS e DA CONFIGURAÇÃO DE TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO	19
G)	CONCLUSÃO	20
H)	ANEXOS	

ANEXOS

1. Cópia da Carteira de Identidade do empregador;
2. Cópias das Notificações para apresentação de documentos - NAD;
3. Cópias dos Termos de Depoimento dos Trabalhadores e do Empregador prestados à fiscalização
5. Cópias dos Autos de Infração lavrados;
6. Cópias das Guias de Seguro-Desemprego dos Trabalhadores Resgatados

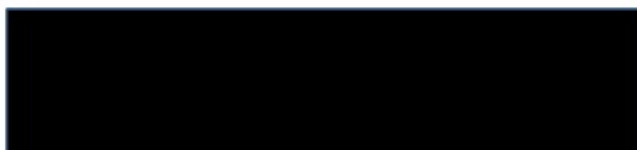


MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

## EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL:





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

**A) IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR FISCALIZADO**

Empregador: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]  
[REDACTED]

**B) DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO**

- **Empregados alcançados:** 02 - Homens maiores: 01 - Mulheres 00 menores: 01
- **Empregados registrados sob ação fiscal:**
  - Homens maiores: 01 - Mulheres maiores: 00 - Menores: 01
- **Empregados resgatados:**
  - Homens maiores: 02 - Mulheres maiores: 00 - Menores: 01
- **Número de Autos de Infração lavrados:** 19
- **Guias Seguro Desemprego emitidas:** 02
- **Número de CTPS emitidas:** 02
- **Termos de apreensão e guarda:** 00
- **Termo de interdição:** 00
- **Número de CAT emitidas:** 00
- **Notificação para Apresentação de Documentos:** 05
- **Valor líquido das verbas quitadas s/ FGTS:** R\$1.913,00

**C) RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS:**

**1 Auto de Infração 210467339 Ementa 2180430** Manter vaso sanitário instalado em local em desacordo com o disposto na NR-18. (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 18.4.2.6.1 da NR-18, com redação da Portaria nº 04/1995.)

**2 Auto de Infração 210467487 Ementa 2180316** Deixar de manter as instalações sanitárias em perfeito estado de conservação e higiene. (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 18.4.2.3, alínea "a", da NR-18, com redação da Portaria nº 04/1995.)

**3 Auto de Infração 210467517 Ementa 2180324** Manter instalações sanitárias sem portas de acesso ou com portas que não mantenham o resguardo conveniente. (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 18.4.2.3, alínea "b", da NR-18, com redação da Portaria nº 04/1995.)

**4 Auto de Infração 210467576 Ementa 0014060** Manter documentos sujeitos à inspeção do trabalho fora dos locais de trabalho. (Art. 630, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.)

**5 Auto de Infração 210467592 Ementa 2188325** Utilizar andaime sem piso de trabalho de forração completa, e/ou antiderrapante, e/ou nivelado, e/ou fixado, e/ou travado de modo



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

seguro e/ou resistente. (Art. 157, inciso I da CLT, c/c item 18.15.3, da NR 18, com redação da Portaria nº 201/2011.)

**6 Auto de Infração 210467649 Ementa 1070452** Deixar de equipar o estabelecimento com material necessário à prestação de primeiros socorros, considerando as características da atividade desenvolvida ou guardar o material necessário à prestação de primeiros socorros em local inadequado ou manter o material sob cuidado de pessoa não treinada para esse fim. (Art. 168, § 4º, da CLT, c/c item 7.5.1 da NR-7, com redação da Portaria nº 24/1994.)

**7 Auto de Infração 210467720 Ementa 2180022** Deixar de fazer a comunicação prévia da obra à unidade do Ministério do Trabalho e Emprego, antes do início das atividades. (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 18.2.1 da NR-18, com redação da Portaria nº 04/1995.)

**8 Auto de Infração 210468131 Ementa 2188350** Deixar de dotar andaime tubular de acesso por meio de escada incorporada à sua estrutura. (Art. 157, inciso I da CLT, c/c item 18.15.9.1, da NR 18, com redação da Portaria nº 201/2011.)

**9 Auto de Infração 210468424 Ementa 2183943** Deixar de dotar o andaime de sistema de guarda-corpo e rodapé, em todo o perímetro. (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 18.15.6 da NR-18, com redação da Portaria nº 04/1995.)

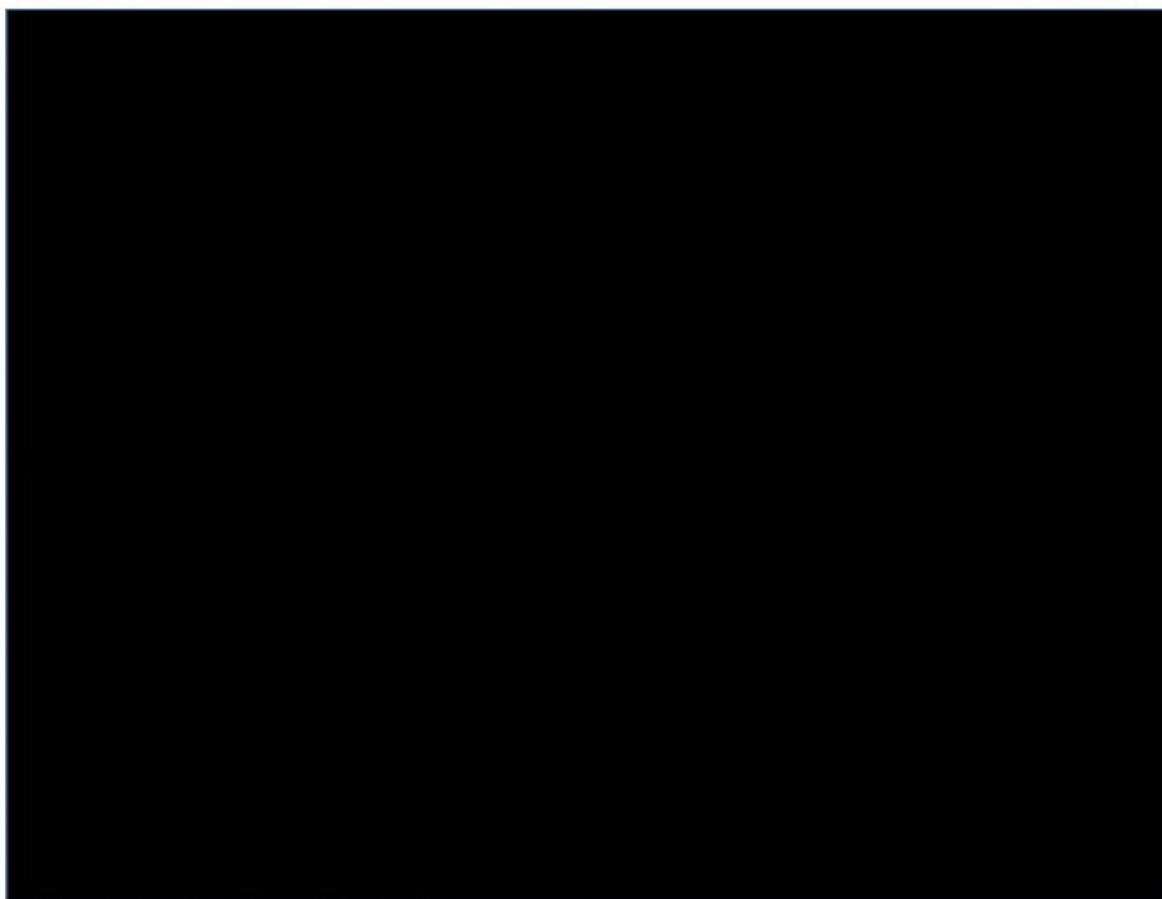


Figura 17 - Inspeção no local de trabalho.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

- 10 Auto de Infração 210474505 Ementa 0000108** Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente. (Art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.)
- 11 Auto de Infração 210474513 Ementa 0016039** Manter trabalhador com idade inferior a 18 (dezoito) anos em atividade nos locais e serviços insalubres ou perigosos, conforme regulamento. (Art. 405, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho.)
- 12 Auto de Infração 210474556 Ementa 2180570** Deixar de dotar os vestiários de armários individuais com fechadura ou dispositivo com cadeado. (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 18.4.2.9.3, alínea "f", da NR-18, com redação da Portaria nº 04/1995.)
- 13 Auto de Infração 210474564 Ementa 2060256** Deixar de exigir o uso dos equipamentos de proteção individual. (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 6.6.1, alínea "b", da NR-6, com redação da Portaria nº 25/2001.)
- 14 Auto de Infração 210474572 Ementa 1242024** Deixar de dotar o local para consumo de refeições de mesas e/ou de assentos ou disponibilizar local para consumo de refeições com mesas e/ou assentos em número inferior ao de usuários. (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.3.15.1, alínea "d", da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.)
- 15 Auto de Infração 210474581 Ementa 0000051** Deixar de anotar a CTPS do empregado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do início da prestação laboral. (Art. 29, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.)
- 16 Auto de Infração 210474858 Ementa 2187345** Deixar de garantir suprimento de água potável, filtrada e fresca nos postos de trabalho, fornecida em recipientes portáteis hermeticamente fechados, confeccionados em material apropriado, ou permitir o consumo de água potável em copos coletivos. (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 18.37.2.2 da NR-18, com redação da Portaria nº 04/1995.)
- 17 Auto de Infração 210474891 Ementa 2180774** Deixar de manter o alojamento em permanente estado de conservação, higiene e limpeza. (Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 18.4.2.10.9 da NR-18, com redação da Portaria nº 04/1995.)
- 18 Auto de Infração 210478667 Ementa 1070088** Deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional. (Art. 168, inciso I, da CLT, c/c item 7.4.1, alínea "a", da NR-7, com redação da Portaria nº 24/1994.)
- 19 Auto de Infração 21.054.843-6 Ementa 000394-8** Deixar de efetuar o pagamento das parcelas devidas na rescisão do contrato de trabalho até o 10º (décimo) dia, nos termos legais. (Art. 477 §6º, alínea "b" da CLT).

#### D) DA ATIVIDADE ECONÔMICA

O local fiscalizado é uma casa em processo de reforma, localizada no Centro, em Fortaleza/CE, alugada pelo Sr. [REDACTED] a qual se destinará a ser residência e sede da auto-escola de sua propriedade. Até o término da ação fiscal, o empregador não tinha apresentado documentos do referido aluguel.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

### E) DA AÇÃO FISCAL

A fiscalização teve início em 23.08.2016, quando uma equipe de Auditores Fiscais do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/CE, acompanhada por Agentes da Polícia Federal, se deslocou até o local indicado para apurar graves irregularidades trabalhistas, conforme denúncia em anexo.

Ao chegarmos à referida casa, por volta das 09h30min do dia 23.08.2016, encontramos a menor [REDACTED] 16 anos, trabalhando na retirada de azulejos na sala principal da casa, de chinelo tipo "havaianas" e sem qualquer tipo de Equipamento de Proteção Individual. Logo em seguida apareceu o trabalhador [REDACTED] seu companheiro, que também não portava qualquer tipo de Equipamento de Proteção Individual - EPI, tipo botinas, luvas ou capacetes. Na companhia dos trabalhadores, passamos a realizar a inspeção nas dependências da casa. No andar de cima, encontramos uma criança de 11 meses, filha do casal, dormindo em uma rede.

Na inspeção, constatamos diversas e graves irregularidades, conforme abaixo:

1. Trabalhadores laborando na completa informalidade;
2. Exploração do trabalho de trabalhador com idade inferior a 18 (dezoito) anos em atividade nos locais e serviços insalubres ou perigosos, conforme regulamento. O item 58 do Decreto 6.481 de 12/06/2008 (lista TIP) elenca as seguintes atividades como proibidas para menores de 18 anos: Construção civil e pesada, incluindo construção, restauração, reforma e demolição. Em sequência, esclarece como prováveis riscos ocupacionais: Esforços físicos intensos; risco de acidentes por queda de nível, com máquinas, equipamentos e ferramentas; exposição à poeira de tintas, cimento, pigmentos metálicos e solventes; posições inadequadas; calor; vibrações e movimentos repetitivos. Por fim, enumera as prováveis repercussões à saúde da jovem: Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; fraturas; esmagamentos; traumatismos; afecções respiratórias; dermatites de contato; internação; síndrome cervicobraquial; dores articulares; intoxicações; polineuropatia periférica; doenças do sistema hematopoiético; leucocitose; episódios depressivos; neurastenia; dermatoses ocupacionais; DORT/LER; cortes; contusões; traumatismos O art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 e o art. 403, caput da Consolidação das Leis do Trabalho prescrevem a proibição de qualquer trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e informam sobre a proibição de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. Na ação fiscal, constatou-se que a jovem Andresca de 16 anos de idade, laborando na reforma de imóvel realizava atividade proibida para menores e não estava na condição de aprendiz, razão pela qual foi lavrado o auto de infração competente.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

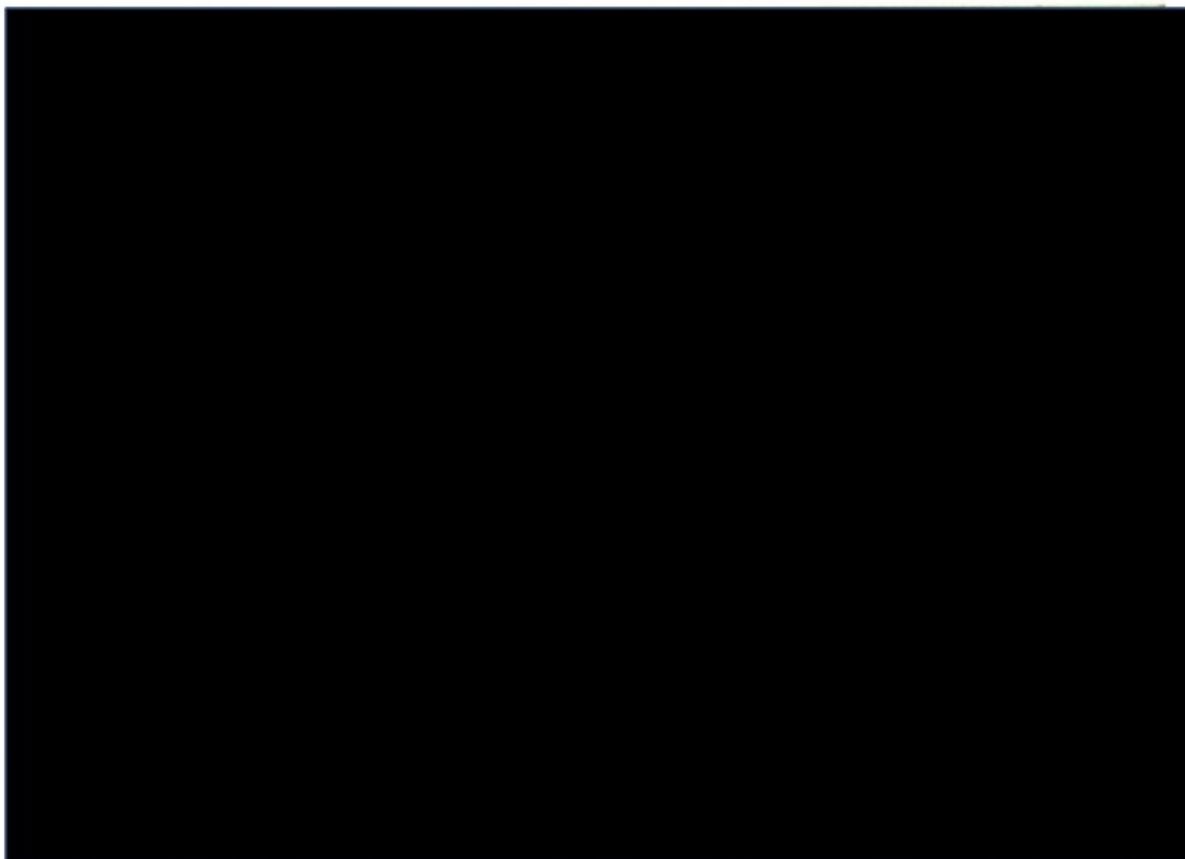


Figura 2: A menor [REDAZIDA] de 16 anos de idade, no cômodo utilizado pelo casal como alojamento.

3. Não havia instalações sanitárias em condições de uso, o que obrigava o casal a fazer suas necessidades fisiológicas em sacos reutilizados de supermercados, que depois eram colocados no lixo para serem levados pelo caminhão do lixo. Na casa, havia dois banheiros, sem água e sem nenhuma condição de uso humano, com equipamentos danificados e muito sujos. Como não havia água no interior da casa, os trabalhadores eram obrigados a tomar banho na parte externa, ainda vestidos, sem qualquer privacidade, na única torneira com água disponível.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE



**Figura 3** Condições higiênicas das inst. sanitária(térreo)



**Figura 4:** Condições higiênicas das inst. sanitária(1º andar)

4. Não havia fornecimento de energia elétrica. Um dos vizinhos, com pena da situação vivida pelo casal, emprestou uma bateria de 12v para que o casal pudesse colocar uma lâmpada no quarto onde dormia com a criança.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

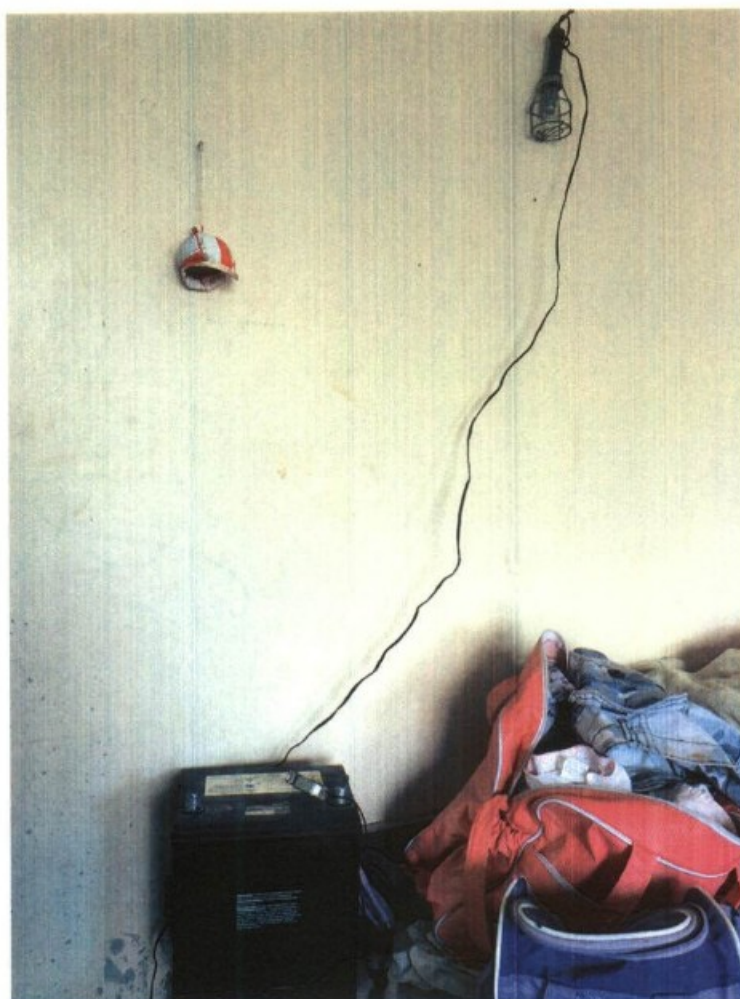


Figura 5: Bateria emprestada pelo vizinho para gerar energia para uma lâmpada no cômodo onde dormia o casal com a filha.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE



Figura 6: Condições higienicas de preparo e guarda dos alimentos no cômodo do casal.



Figura 7: Condições higienicas de preparo e guarda dos alimentos no cômodo do casal.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

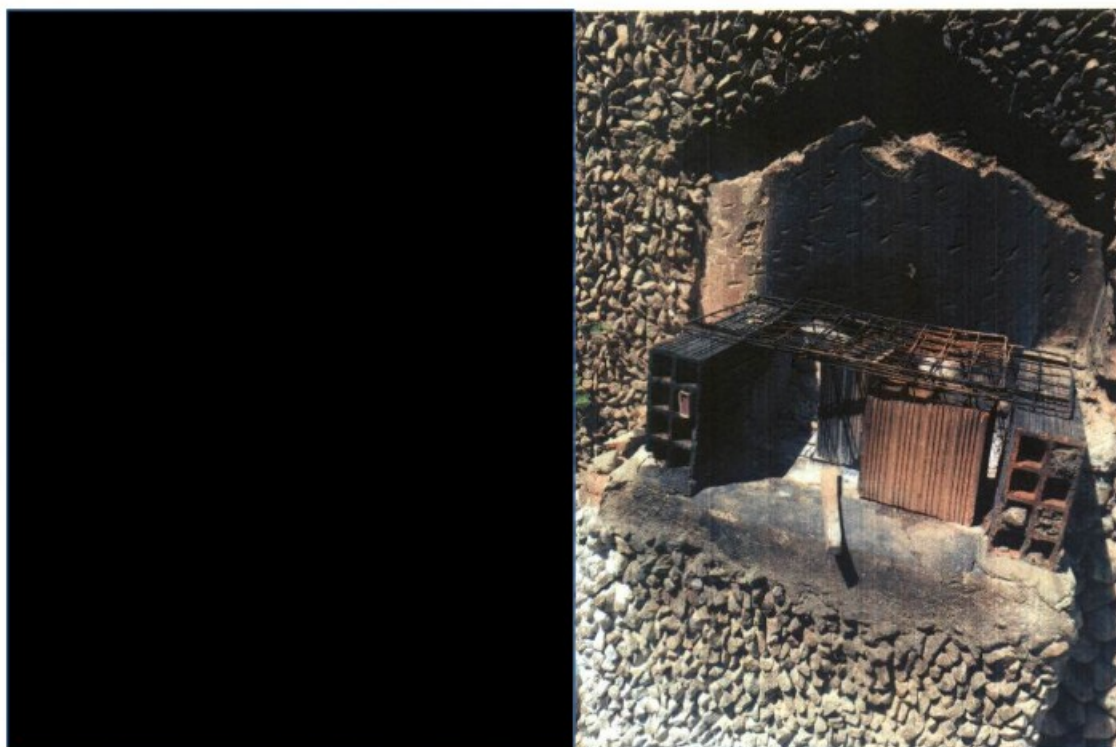


Figura 8: Fogão improvisado na área externa. Figura 9: Fogão improvisado na área externa.

6. Verificou-se que o empregador não disponibilizou no alojamento armários individuais. Havia somente algumas prateleiras totalmente abertas e em desacordo com a NR-18. Os pertences e objetos pessoais dos trabalhadores eram dispostos nas citadas prateleiras e sobre o chão em bolsas e sacolas. Os armários não possuíam fechadura ou dispositivo com cadeado.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE



Figura 10: Condições higiênicas



Figura 11: Local de guarda dos pertences pessoais

7. Não havia fornecimento de EPI - Equipamento de Proteção Individual. Em razão disso os trabalhadores laboravam de chinelo e sem nenhum Equipamento de Proteção Individual - EPI, o que os colocava em risco de acidente de trabalho. Para agravar a situação, não havia fornecimento de material de primeiros-socorros no estabelecimento, deixando-os ainda mais vulneráveis. A Auditoria-fiscal do Trabalho constatou “in loco” os empregados trabalhando sem o uso do devido equipamento de proteção individual-EPI adequado ao risco existente na função de pedreiro ou servente, tipo: óculos de segurança, luvas, calçados de proteção (botas) e capacete, contrariando assim, dispositivo de norma legal vigente. Ao serem questionados, os empregados informaram que o empregador não lhes havia fornecido os devidos EPI para a execução de suas tarefas na obra de reforma do imóvel. A inobservância, por parte do empregador, da implementação de medidas preventivas em saúde e segurança no meio ambiente de trabalho poderia acarretar sérios problemas de agressões à saúde dos trabalhadores, motivo pelo qual foi lavrado o auto de infração devido.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

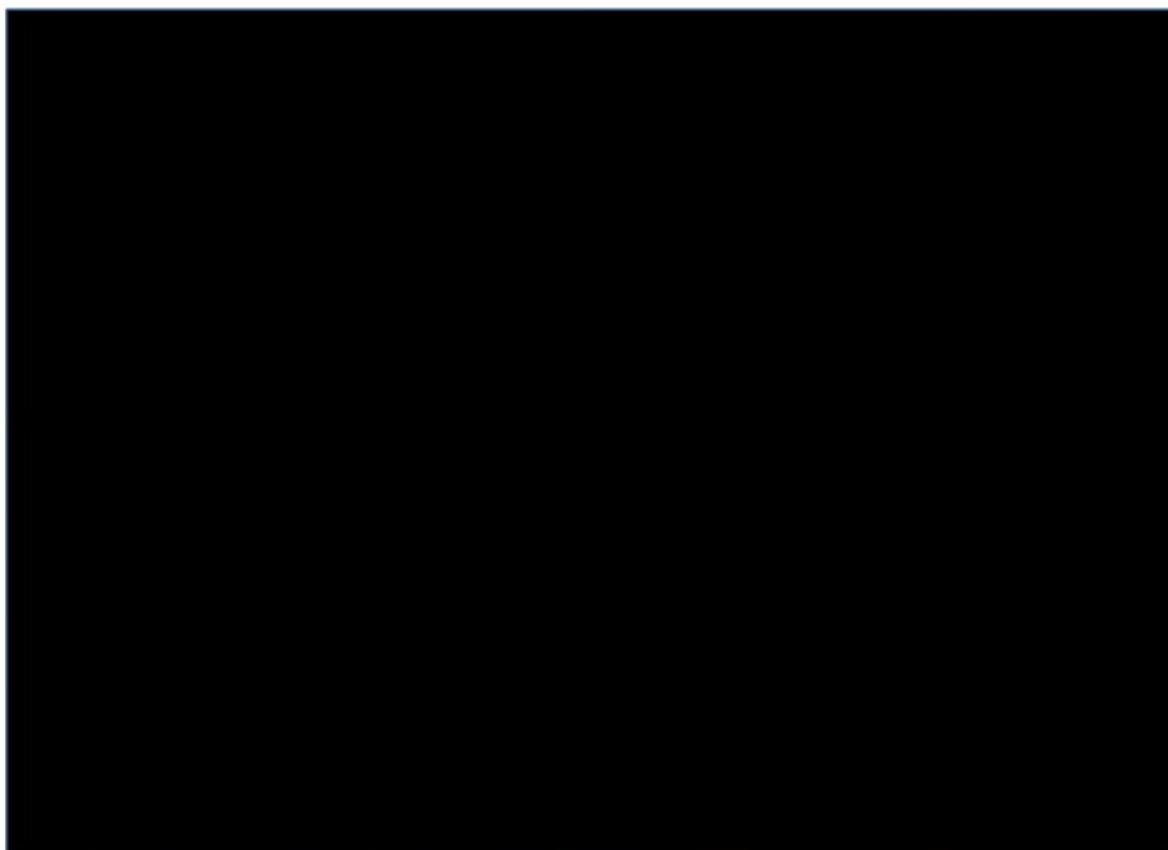


Figura 12: Trabalhador sem EPI

8. O empregador não fez a comunicação prévia da obra à unidade do Ministério do Trabalho e Emprego, antes do início das atividades.

9. O empregador não fornecia água potável aos trabalhadores em volume suficiente. No local, não havia água potável disponível para ser consumida. Em depoimento, os empregados informaram beber água quando o empregador levava em garrafas pet de refrigerante e que, ainda assim, o fornecimento não acontecia diariamente e em volume suficiente. Afirmaram, por vezes, socorrerem da caridade da vizinhança ou consumir água diretamente da torneira, sem filtro nem fervura, com resquícios de lodo advindo do encanamento, ante a inexistência no local de trabalho de fogão. Ao descumprir a obrigação legal constante no item 18.37.2.2 da NR-18 do Ministério do Trabalho, o empregador expõe os trabalhadores a condições de trabalho que atentam contra o patamar mínimo civilizatório, sendo esta conduta vedada pelo ordenamento juslaboral, devendo ser combatida pela Fiscalização trabalhista, motivo pelo qual foi lavrado o auto de infração competente.

10. Durante a inspeção, verificou-se o acúmulo de lixo, sobras de alimentos já deteriorados, poeira e sujeira no interior do quarto onde os empregados e sua filha





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

dormiam, assim como nos demais cômodos e entorno. Tal fato punha em risco a saúde dos alojados, sujeitando-os a diversas doenças, entre elas as transmitidas por insetos/roedores e alergias diversas.



Figura 1311: condições higiênicas do alojamento

11. Os trabalhadores NÃO foram submetidos a exame médico admissional antes do início da prestação laboral, contrariando a determinação legal e colocando em risco a saúde dos trabalhadores citados. O empregador somente providenciou os exames exigidos após o início da presente ação fiscal.

Realizada a vistoria no estabelecimento, a equipe de fiscalização, acompanhada pela Polícia Federal, se dirigiu a Autoescola [REDACTED] situada também na Rua Assunção, 735, Centro, Fortaleza-CE. No local, nos apresentamos e, como o Sr. [REDACTED] não se encontrava, esperamos até sua chegada. Quando o mesmo chegou, explicamos toda a situação encontrada para ele e para o seu genro [REDACTED]. Ainda na Autoescola, o Sr. [REDACTED] confirmou que trouxe o trabalhador [REDACTED] da Praia da Taíba, município de São Gonçalo do Amarante/CE, onde possui uma casa de veraneio, para trabalhar na reforma da casa que pretende usar tanto como residência como futura sede da sua empresa, a [REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

Autoescola [REDACTED] O senhor [REDACTED] também confirmou que não tinha assinado a CTPS do referido trabalhador, que tinha feito a promessa de pagamento de R\$ 50,00(cinquenta reais) a diária e que tinha realizado alguns adiantamentos para ele.

Segundo depoimento do Sr. [REDACTED] *“Aos 02 de setembro de 2016, às 09:40h, na sede da SRTE/CE, Rua 24 de maio, 178, Centro, Fortaleza-CE, onde se encontrava os Auditores-fiscais do trabalho [REDACTED] [REDACTED], foi ouvido o senhor [REDACTED] que advertido e compromissado na forma da lei, quando inquirido respondeu: que trouxe o Sr. [REDACTED] da Praia da Taíba, em São Gonçalo do Amarante/CE, no dia 17/07/2016, para se tratar no hospital do coração, mas que só começou a trabalhar no dia 20/07/2016, como pedreiro para trabalhar na reforma da casa; que acertou o valor da diária de R\$ 50,00; que o depoente fez vários adiantamentos ao Sr. [REDACTED] que totalizam R\$ 900,00(novecentos reais)”*.

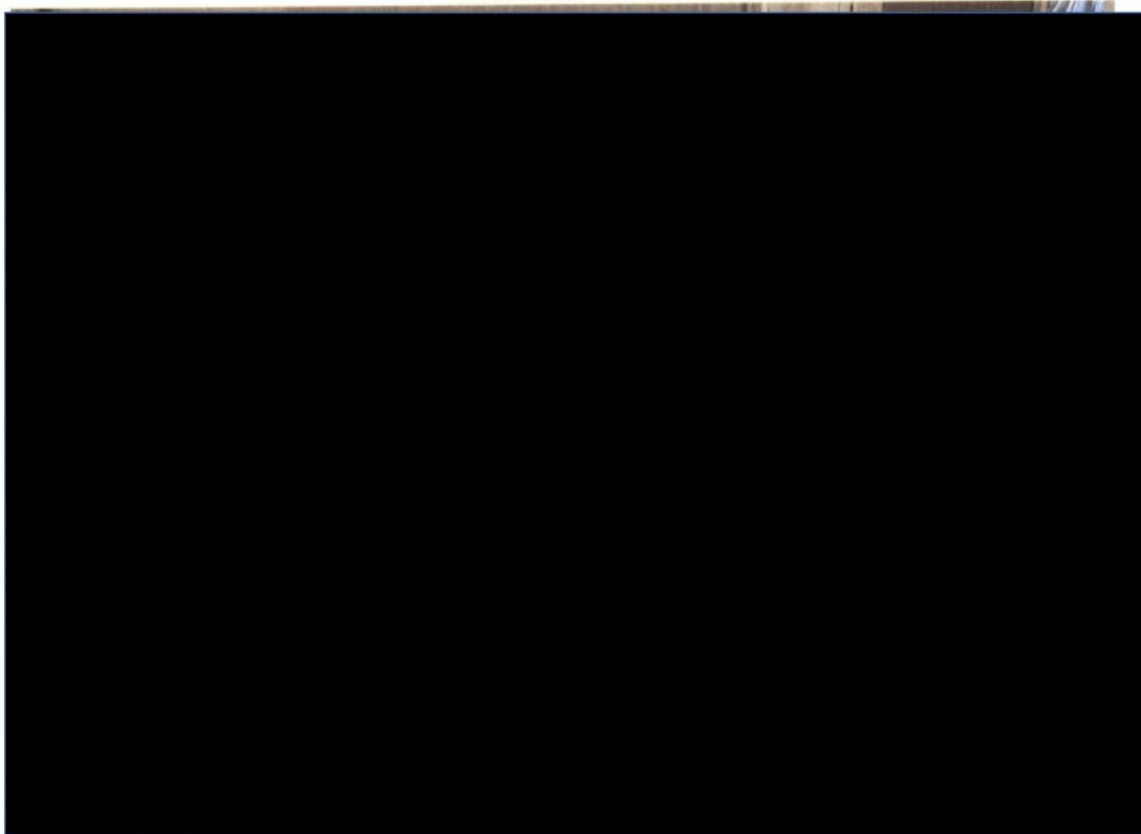


Figura 14: Criança de 11meses dormindo no local utilizado como alojamento.

Após essa conversa preliminar, retornamos para a casa em reforma, na presença do Sr. [REDACTED] seu genro e seu filho, onde estavam o [REDACTED] a sua mulher [REDACTED] e sua





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

filha de 11 meses. Na oportunidade, visitamos os cômodos da casa com o responsável, o Sr. [REDACTED] quando a fiscalização mostrou cada irregularidade do ambiente de trabalho e os motivos que levaram a fiscalização a constatar a degradância a que os trabalhadores estavam submetidos, que caracteriza uma das hipóteses de trabalho escravo, conforme Art. 149 do Código Penal e que em virtude disso os trabalhadores seriam resgatados e que o referido empregador deveria realizar o pagamento das verbas rescisórias, na modalidade de rescisão indireta de trabalho. Ainda na casa em reforma foi emitida a Notificação para Apresentação de Documentos – NAD (cópia em anexo), para o dia 25/08/2016, na sede da SRTE/CE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, quando seria realizado o pagamento das verbas rescisórias.

Após entrega dessa Notificação ao Sr. [REDACTED], dada a precariedade da casa, o casal de trabalhadores e sua filha foram levados pelo Sr. [REDACTED] também acompanhada pela fiscalização e pela Polícia Federal, para a Pousada São Francisco, localizada na Rua Clarindo de Queiroz, 483, no Centro de Fortaleza/CE, onde permaneceram até o dia 25/08/2016.



Figura 15: Área externa.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

Em 25/08/2018, compareceram o Sr. [REDACTED], seu genro e os trabalhadores [REDACTED]. Na ocasião, foram emitidas as CTPS dos trabalhadores resgatados. Como as verbas rescisórias foram calculadas sem os Avisos Prévios Indenizados e outras verbas devidas, o empregador solicitou um adiamento do prazo para que pudesse providenciar o montante devido, sendo o mesmo renotificado para o dia 02/09/2016, às 10:00, também na sede da SRTE/CE. Na ocasião, o empregador fez um adiantamento de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) para cada um dos trabalhadores resgatados, conforme recibos em anexo. Após o pagamento, os trabalhadores retornaram para a localidade da Taíba, onde possuíam residência.

Em 02/09/2016, data marcada na Notificação para Apresentação dos Documentos - NAD na sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará - SRTE/CE, o empregador compareceu acompanhado da sua filha [REDACTED]. Na ocasião, o empregador informou que ainda não tinha levantado o montante suficiente para a quitação das verbas rescisórias dos dois trabalhadores. Na ocasião, foi pago apenas o restante das verbas rescisórias da empregada [REDACTED], razão pela qual ficou acertada a prorrogação da fiscalização para o dia 19/09/2016, às 10h da SRTE/CE, sendo tal fato comunicado aos trabalhadores. Nessa data, o empregador compareceu, entretanto, devido ao atraso dos empregados, deixou a sede por volta das 10h40min. O trabalhador chegou logo após a saída do empregador, alegando atraso no ônibus da Taíba até Fortaleza/CE. Antes de deixarem a SRTE/CE, o empregador foi notificado para comparecer novamente na sede da SRTE/CE no dia 23/09/2016 às 10h. Nesta data, compareceram as partes interessadas, entretanto o empregador novamente alegou falta de condições financeiras para pagamento das verbas rescisórias do Sr. [REDACTED]. Diante da situação, a fiscalização concedeu o último prazo para pagamento das verbas rescisórias do empregado [REDACTED] para o dia 30/09/2016, às 14h, na sede da SRTE/CE, conforme notificação em anexo.

Em 29/10/2016, um dia antes da data fixada para quitação das verbas rescisórias do trabalho [REDACTED] filha do empregador [REDACTED], enviou email para a Auditora-Fiscal do Trabalho [REDACTED] (cópia anexa), informando que o seu pai não tinha conseguido recursos para pagamento do trabalhador [REDACTED].

*"Bom dia, Isabella infelizmente não será possível o meu pai realizar o pagamento restante do Eliseu, então desde já comunico que ele irá comparecer apenas para receber o último auto de infração. Atenciosamente, Aline".*

Em 30/09/2016, o empregador [REDACTED] compareceu com atraso de mais de uma hora a Srte/CE, quando confirmou a sua falta de condição financeira para quitar o debito trabalhista com seu empregado. Dado o atraso, o auto de infração referente ao atraso de pagamento das verbas rescisórias já havia sido lavrado e protocolado para ser enviado pelo correio. Explicado tal fato ao empregador, deu-se por encerrada a ação fiscal.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

**F) DAS IRREGULARIDADES TRABALHISTAS E DA CONFIGURAÇÃO DE TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO**

Da situação encontrada, constatamos presentes todos os elementos característicos da relação empregatícia: A) SUBORDINAÇÃO JURÍDICA - As atividades realizadas eram determinadas e suas execuções fiscalizadas pelo empregador; B) NÃO EVENTUALIDADE - O trabalho desenvolvido pelos trabalhadores era realizado de forma habitual e rotineira; C) PRESTAÇÃO DE TRABALHO POR PESSOA FÍSICA, com PESSOALIDADE - Os trabalhadores prestavam seus serviços pessoalmente. Além disso, estavam alojados no próprio local de trabalho, não podendo, por óbvio, se fazer substituir na prestação de serviços; D) ONEROSIDADE - Foi acordada diária trabalhada no valor de R\$ 50,00. Os empregados [REDACTED]

[REDACTED] foram encontrados em plena atividade no serviço de reforma do imóvel situado na R. Assunção, 1195, José Bonifácio, Fortaleza-CE. O imóvel estava sendo reformado, com o fito de ser residência e a nova sede da Autoescola [REDACTED] do empregador acima qualificado. Em depoimento, os empregados informaram que foram transportados da cidade de São Gonçalo do Amarante, Distrito de Taíba/CE, para Fortaleza/CE no veículo do empregador, com a diferença de quinze dias. Primeiro foi transportado o Sr. [REDACTED] e após quinze dias a Sra. [REDACTED] com a filha do casal de onze meses. Ante a situação de vulnerabilidade social que viviam, aceitaram a oferta de emprego com pagamento de diária de R\$ 50,00 ao Sr. [REDACTED]. Ao chegarem, perceberam que as condições de trabalho e moradia efetivamente ofertadas eram precárias. Conforme constatado "in loco", os trabalhadores estavam alojados no próprio local de trabalho sem energia elétrica, água potável para beber, água nos banheiros (sanitário, chuveiro, pia), gás para cozinha, armários, mesa/cadeiras para refeições e geladeira. Como agravante, a contraprestação do trabalho não estava sendo devidamente paga, por vezes restando aos trabalhadores se socorrerem da caridade e ajuda da vizinhança para se alimentarem, uma vez que em Fortaleza não tinham contato com nenhum parente, amigo ou conhecido, sendo a família do empregador a única referência. Tal falta de pagamento impossibilitava-lhes inclusive a compra de passagem de volta para a sua cidade de origem. Além disso, não haviam sido submetidos a exames médicos admissionais e não lhes foi fornecido nenhum EPI - Equipamento de Proteção Individual, tais como luvas, capacetes e botas.

O Art. 3º, item IV, da Instrução Normativa SIT/MTE n.º 91 de 05/10/2011 informa: " Para os fins previstos na presente Instrução Normativa, considera-se trabalho realizado em condição análoga à de escravo a que resulte das seguintes situações, quer em conjunto, quer isoladamente: [...] III - A sujeição de trabalhador a condições degradantes de trabalho; [...] § 1º. As expressões referidas nos incisos de I a VI deverão ser compreendidas na forma a seguir: c) "condições degradantes de trabalho" - todas as formas de desrespeito à dignidade humana pelo descumprimento aos direitos fundamentais da pessoa do trabalhador, notadamente em matéria de segurança e saúde, e [REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO CEARÁ - SRTE/CE

que, em virtude do trabalho, venha a ser tratada pelo empregador, por preposto ou mesmo por terceiros, como coisa e não como pessoa; (Retificado – DOU 13/10/2011).

Ante o relatado descumprimento generalizado da legislação trabalhista, não resta dúvida quanto à existência do vínculo empregatício, da degradância e da consequente caracterização do trabalho análogo ao escravo. Eram precárias as condições de trabalho, de vida, de moradia e de segurança, aviltantes à dignidade do ser humano, conforme registra o conjunto dos autos de infração lavrados no curso desta ação fiscal. Em razão dessa situação, os trabalhadores [REDACTED] foram resgatados pela fiscalização trabalhista, sendo emitidas as Guias de Seguro Desemprego do Trabalhador Resgatado.

#### H) CONCLUSÃO

O reconhecimento da dignidade e da liberdade da pessoa humana é inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis, fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. É princípio absoluto e há de prevalecer sempre sobre qualquer outro valor ou princípio. Este é núcleo essencial dos direitos fundamentais, não se limitando à integridade física e espiritual do homem, mas à garantia da identidade e integridade da pessoa através do livre desenvolvimento da personalidade, dentre as quais se incluem a possibilidade do trabalho e a garantia de condições existenciais mínimas.

O trabalhadores resgatados estavam submetidos a condições de trabalho e de vida, que afrontavam a dignidade do ser humano, caracterizando situação de trabalho degradante e portanto uma das hipóteses previstas no Artigo 149 do Código Penal de redução a condição análoga a de escravo.

Por derradeiro, a situação em que encontramos os referidos trabalhadores está também em evidente desacordo com os Tratados e Convenções Internacionais ratificados pelo Brasil, os quais têm força cogente própria das leis ordinárias, não podendo ser afastadas na esfera administrativa.

Fortaleza, CE, 03 de outubro de 2016.

[REDACTED]  
Auditor Fiscal do Trabalho

[REDACTED]  
Auditor Fiscal do Trabalho

[REDACTED]  
Auditor Fiscal do Trabalho